

A importância dos periódicos na divulgação científica no Brasil

Juheina Lacerda Ribeiro Viana Alencar

da Secretaria Estadual de Educação de Goiás – Brasil

juheinalacerda@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo demonstrar a importância dos periódicos científicos em geografia no contexto da divulgação científica, que representam, a partir da intensificação do processo de globalização, uma das formas mais rápidas de transmissão dos conhecimentos, descobertas e teorias. Cumprem, portanto, um importante papel ao garantir o desenvolvimento científico nas mais diversas regiões do mundo.

Palavras-chave: Periódicos científicos, processo de globalização, desenvolvimento científico.

Introdução

Na sociedade moderna, as universidades representam espaços de produção de conhecimento científico, onde se promove a integração entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo. Embora tradicionalmente associemos conhecimento científico e universidade, não há monopólio do conhecimento. O conhecimento científico é uma interpretação demonstrativa que busca compreender os objetos e fenômenos além de sua aparência (Abbagnano, 2007, p. 136). Assim, surgem desafios para a ciência moderna, como a interpretação dos fenômenos e objetos ligados à sociedade e a disseminação desse conhecimento além dos muros universitários.

Nesse contexto, a divulgação científica assume um papel central, pois possibilita que, em diferentes momentos históricos, diversos estudos estejam acessíveis tanto à comunidade científica quanto à sociedade em geral. Essa circulação de publicações permite que os avanços científicos ocorram, promovendo discussões teóricas a partir de novas descobertas e propostas metodológicas para compreender o mundo em que vivemos. Inicialmente, essa comunicação era realizada principalmente por meio de cartas, seguida por livros. A partir da década de 1960, os periódicos científicos assumiram o protagonismo no processo de divulgação científica. Eles são definidos como "o meio pelo qual os resultados das pesquisas científicas são levados ao conhecimento

público, bem como todo o processo metodológico relativo ao campo de estudo abordado pelo pesquisador." (UEMG, 2019).

Nesse contexto, o conceito de meio técnico-científico-informacional tratado por Santos (2008) e suas implicações espaciais, a partir da conexão direta entre ciência, tecnologia e informação, torna-se essencial ao considerar como as mudanças técnicas e tecnológicas servem à sociedade e possibilitam maior integração entre os diferentes espaços. Esse desenvolvimento viabilizou o surgimento do Portal de Periódicos Capes, uma plataforma que, desde os anos 2000, concentra diversos tipos de publicações, desde periódicos até livros, dissertações e teses, democratizando o acesso à produção científica com ferramentas cada vez mais detalhadas e disponíveis gratuitamente para toda a sociedade.

Este artigo, fundamentado em pesquisa bibliográfica e levantamento de dados secundários, tem como objetivo principal destacar a importância dos periódicos na divulgação científica no Brasil. Para isso, foi dividido em duas partes. A primeira aborda a influência do ensino superior na expansão da produção científica no país. A segunda parte destaca a importância dos periódicos científicos no Brasil, demonstrando como o Portal de Periódicos Capes assume um papel central no processo de democratização do conhecimento científico, ao concentrar grande parte da produção intelectual e facilitar o acesso da sociedade a esse saber.

O ensino superior e a expansão da produção científica no Brasil

A expansão da produção científica no Brasil está diretamente relacionada à expansão das instituições de ensino superior, com destaque para as Universidades. Estas instituições se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por possibilitar a “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional”. (MEC, 2006).

A origem das Universidades remonta países como Itália, França e Inglaterra no século XII. Na América, sua origem está relacionada sobretudo à colonização espanhola no século XVI, mais precisamente em 1538, com a criação da primeira universidade, a Universidade de São Domingos (Atual República Dominicana), seguida de outras no Peru (1551), México (1553), Bogotá (1662), Cuzco (1692), Havana (1728) e Santiago

(1738), somando aproximadamente 26 ou 27 universidades, enquanto no Brasil não existiam sequer instituições de ensino superior.¹

De acordo com Teixeira (1969), a educação sempre foi utilizada para impor um modelo social desejado e no Brasil não foi diferente. O modelo educacional teve uma expansão lenta e desvinculada das diretrizes da igreja, mantendo condições educacionais próximas do que se tinha no Período Colonial até a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889. Durante a Primeira República (1889-1930) houve a expansão dos ideais positivistas entre as lideranças republicanas, com a instituição dos exames de acesso ao ensino superior, sua descentralização, além da criação de novas instituições, sobretudo aquelas ligadas ao modelo colonial, ou seja, autônomas para a formação de profissionais liberais. (Kullook, 2000; Cunha, 2007).

Apenas nos anos finais da Primeira República, na década de 1920, houve a criação da primeira universidade federal, a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu contexto de criação estava vinculado à intensificação do processo de urbanização, crescimento da indústria e aos movimentos culturais, a exemplo da Semana de Arte Moderna realizada em 1922, ou seja, num processo de modernização do país. Sua criação, portanto, não se restringiu exclusivamente às políticas implementadas pelo estado, mas sim a uma nova perspectiva de universidade, com funções que nesse momento começaram a ser pensadas no sentido de desenvolvimento da sociedade. Os ideais de modernização foram sendo incorporados na esfera do ensino por diferentes grupos de pesquisadores que buscavam que as instituições de ensino superior funcionassem como “centros de saber desinteressado”, como aponta Durham:

O que se propunha era bem mais que a simples criação de uma universidade: era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e da pesquisa, além da formação profissional (2005, p. 196).

As reflexões sobre modernidade e necessidade de transformação do ensino superior no país com vistas ao desenvolvimento foram apropriadas pelo chamado “Estado Novo”, liderado por Getúlio Vargas que, ao tomar o poder, dá início a uma política de centralização no campo educacional, dando fim à Primeira República, em 1930. Em 1931 ocorre a primeira grande reforma do ensino superior, denominada “Francisco Campos”, relacionada ao ensino secundário e superior. Esse é um período que

¹ A primeira Universidade Portuguesa surgiu em Lisboa em 1288, transferida em 1537 para Coimbra.

merece destaque no desenvolvimento do ensino superior no Brasil, marcado por intensas disputas entre a igreja católica e os intelectuais liberais pelo gerenciamento dos recursos públicos que seriam destinados às universidades, como aponta Leite (2006). O resultado foi a consolidação das universidades como principal instituição a ofertar o ensino superior, conforme consta no Decreto número 19.851 de 1931, em seu Artigo 1:

“O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior” (1931)

A Universidade Nacional do Rio de Janeiro foi criada nesse modelo para ser copiada pelas demais. Porém a universidade que conquistou maior prestígio no período foi a Universidade de São Paulo. Criada em 1934, era controlada pelo Governo Estadual e fazia forte oposição ao Estado Novo. Ela logrou grande destaque com sua Faculdade de Filosofia dada a contribuição de professores franceses, alemães e italianos, que trouxeram suas experiências ligadas à pesquisa, consolidada como uma das funções básicas da universidade.

A expansão da produção científica no Brasil estava diretamente relacionada à criação e expansão das Universidades, bem como da necessidade de criação de instituições voltadas para a formação, avaliação de pesquisadores e da pós-graduação, bem como financiamento de publicações para ampla circulação pelo mundo. Para isso foram criadas no início da década de 1950 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), voltada para expansão e consolidação da pós-graduação e o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), responsável por fomentar a pesquisa científica e tecnológica para a formação de pesquisadores. Ao longo dos anos suas funções foram sendo ampliadas e sua importância na produção científica se torna cada vez maior.

Além da criação das referidas instituições as finalidades da educação superior no Brasil foram sistematizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 1996, no Art. 43. Dentre as diretrizes, destacamos a relação entre a realização do trabalho de pesquisa e investigação científica e a sua divulgação, como podemos observar a seguir:

- I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
 IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação. (Brasil, 1996)

Aos poucos a educação superior no Brasil foi ganhando novos contornos, o que refletiu diretamente no aumento gradativo do número de ingressos no ensino superior durante toda a década de 1990, bem como do crescimento do total de vagas oferecidas, número de docentes e matrículas, conforme podemos observar na figura 01.

Ano	Docentes (a)	Matrícula (b)	Concluintes	Vagas Oferecidas ©	Inscrições	Ingressos
1962	25.213	107.509				
1963	28.944	124.214	19.049			
1964	30.162	142.386	20.282			
1965	33.135	155.781	22.291			
1966	36.109	180.109	24.301			
1967	38.693	212.882	30.108			
1968	44.706	278.295	35.947			
1969	49.547	342.886	44.709			
1970	54.389	425.478	64.049	145.000	328.931	
1971	61.111	561.397	73.453	202.210	400.958	
1972	67.894	688.382	96.470	230.511	449.601	
1973	72.951	772.800	135.339	261.003	574.308	
1974	75.971	937.593	150.226	309.448	614.805	
1975	83.386	1.072.548	161.183	348.227	781.190	
1976	86.189	1.096.727	176.475	382.418	945.279	
1977	90.557	1.159.046	187.973	393.560	1.186.181	
1978	98.172	1.225.557	200.056	401.977	1.250.537	
1979	102.588	1.311.799	222.896	402.694	1.559.094	
1980	109.788	1.377.286	226.423	404.814	1.803.567	356.667
1981	113.899	1.386.792	229.856	417.348	1.735.457	357.043
1982	116.111	1.407.987	244.639	421.231	1.689.249	361.558
1983	113.779	1.438.992	238.096			
1984	113.844	1.399.539	227.824			
1985	113.459	1.367.609	234.173	430.482	1.514.341	346.380
1986	117.221	1.418.196	228.074	442.314	1.737.794	378.828
1987	121.228	1.470.555	224.809	447.345	2.193.861	395.418
1988	125.412	1.503.555	227.037	463.739	1.921.878	395.189
1989	128.029	1.518.904	232.275	466.794	1.818.033	382.221
1990	131.641	1.540.080	230.208	502.784	1.905.498	407.148
1991	133.135	1.565.056	236.377	516.663	1.985.825	426.558
1992	134.403	1.535.788	234.267	534.847	1.836.859	410.910

Ano	Docentes (a)	Matrícula (b)	Concluintes	Vagas Oferecidas ©	Inscrições	Ingressos
1993	137.156	1.594.668	240.262	548.678	2.029.523	439.801
1994	141.482	1.661.034	240.269	574.135	2.237.023	463.240
1995	145.290	1.759.703	245.887	610.355	2.653.853	510.377
1996	148.320	1.868.529	254.401	634.236	2.548.077	513.842
1997	165.964	1.945.615	274.384	699.198	2.711.776	573.900
1998	185.122	2.125.958		776.031	2.858.016	651.353

Figura 01. Evolução dos dados referentes ao Ensino Superior no Brasil entre 1962 e 1998. Fonte: MEC, INEP, SEEC (1962-1998).

Além do aumento de instituições públicas de ensino as estratégias governamentais a partir da década 2000, baseadas no financiamento de instituições privadas ocorreu um grande aumento também dessas instituições conforme pode ser observado na figura 02, que apresenta o total de estabelecimentos de educação superior por tipo entre 1970 e 2018.

Ano	Universidade		Faculdades e Estabelecimentos Isolados*		Centros Universitários	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1970	32	15	139	463	-	-
1975	37	20	178	625	-	-
1980	45	20	155	653	-	-
1985	48	20	185	606	-	-
1990	55	49	167	656	-	-
1995	68	59	150	574	-	-
2000	71	85	134	870	1	49
2010	101	89	133	1.892	7	119
2018	107	92	139	1.929	230	-

Figura 02. Evolução do número de instituições de ensino superior por tipo no Brasil, 1970-2018. Fonte: MEC/INEP/DEED, 1970-2018

* As nomenclaturas para Universidades e Estabelecimentos Isolados foram integrados na mesma categoria, pois as Faculdades Integradas só começam a ser consideradas a partir de 1980 e os Estabelecimentos Isolados não estão disponíveis a partir de 2010 na nomenclatura da sinopse da educação superior.

A análise da figura 02 permite observar a expansão das Universidades, Faculdades e Estabelecimentos Isolados e Centros Universitários. Esse aumento numérico reflete em um maior número de docentes e discentes, conduzindo ao aumento no número de publicações realizadas no âmbito das instituições e em outros meios de publicação, sobretudo em periódicos científicos, haja visto o aumento exponencial observado a partir da década de 1990 conforme podemos observar na figura 03.

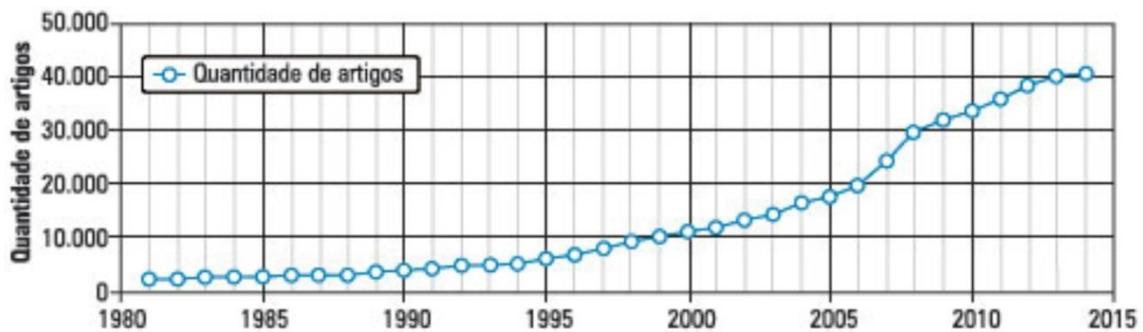


Figura 03. Artigos publicados e seu impacto – Brasil, 1981-2013

Fonte: Dados da Thompson Reuters InCites compilados por CH Brito Cruz para a palestra “Desafios para a Pesquisa no Brasil”.

Ao analisar esses dados é importante pensar também que as ações dos governos federais a partir do aporte orçamentário de recursos alocados principalmente em instituições como a CAPES e o CNPQ interferem diretamente no aumento ou diminuição das publicações, tendo em vista que o financiamento de bolsas a estudantes os condiciona à normativas estabelecidas vinculadas à obrigatoriedade de se publicar principalmente em periódicos científicos considerados no processo de avaliação Qualis-Capes. Com isso o número de publicações tende a se tornar cada vez maior.

Os periódicos científicos e sua importância no Brasil

A evolução da sociedade historicamente proporcionou o aumento da circulação dos seres humanos, recursos de ordem econômica, dentre outros. A ciência também se insere nesse fenômeno a partir da ampla disseminação dos produtos científicos. Nesse contexto, a divulgação científica, os periódicos científicos conquistam um lugar de destaque cada vez maior, com estratégias para proporcionar uma comunicação rápida e eficiente. Mudanças que vão além dos avanços tecnológicos implementados, tendo em vista sua abrangência em todas as esferas da vida social.

Nesse percurso histórico podemos identificar as cartas como primeira forma de comunicação entre os cientistas, que faziam seus comentários e análises e enviavam para os grupos. Essa era a forma de se realizar as discussões e obter a opinião dos estudiosos das áreas (Santos D’Amorim, 2021). Surgiam aí as bases do processo de avaliação por pares como forma de reconhecimento da qualidade científica (Amaral, 2017).

No final do século XV, Gutenberg revolucionou o processo de divulgação por meio de sua máquina impressa, iniciando-se a transformação na história da transmissão de saberes (Tomás, 2006; Burke, 2002). Graças a esses avanços, o sistema de correspondência pessoal evoluiu rapidamente e no século XVII surgiram os periódicos científicos ou *journals*.

As cartas representaram um importante mecanismo para a fluidez do conhecimento, a exemplo das correspondências trocadas entre Engels e Marx que são fundamentais para o desenvolvimento das reflexões sobre “O Capital”. Medeiros (2013, p. 167-168) apresenta duas correspondências escritas pelos autores. A primeira, em suas palavras, “escrita em 15 de dezembro de 1881 por Marx, é endereçada a Friedrich Adolph Sorge, o companheiro de lutas que havia emigrado para os EUA levando consigo a luta comunista e uma seção da Internacional Comunista”. Por outro lado, “a segunda carta que aqui publicamos foi escrita por Engels, também para Friedrich Adolph Sorge, no dia seguinte à morte de Marx”. A apresentação do autor elucida a importância das cartas no desenvolvimento científico e político da sociedade no século XIX. Nota-se também o protagonismo assumido pelo gênero textual no que se refere aos sistemas de comunicação.

Com isso o número de títulos não parou de crescer. Num primeiro momento vinculado às publicações impressas, seguido pelo avanço dos computadores no final do século XX, novas tecnologias de informação e comunicação, com as redes de internet cada vez mais informatizadas, tornam esse processo cada vez mais intenso. Os periódicos impressos vão dando lugar aos poucos ao processo de migração para as plataformas online, garantindo a redução dos custos, maior agilidade no processo de editoração e infinitas possibilidades de circulação.

Para a Capes um periódico científico é uma “publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, enquadrando-se na norma NBR 6021 da ABNT” (CAPES, 2016). Para a ABNT, por sua vez, uma publicação periódica é uma “publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas, e destinada a ser continuada indefinidamente” (ABNT, 2015).

O roteiro para a criação de periódicos científicos realizado pela Universidade Estadual de Minas Gerais traz a seguinte definição:

O periódico científico é o meio pelo qual os resultados das pesquisas científicas são levados ao conhecimento público, bem como todo o processo metodológico relativo ao campo de estudo abordado pelo pesquisador. Esses conteúdos são registrados em artigos científicos e formam, portanto, a

essência dos periódicos. Tais textos também podem vir na forma de resenhas, relatos de experiência, informes científicos, notícias, entre outros formatos. Também chamados de revistas científicas, os periódicos podem ser publicados tanto no formato impresso quanto eletrônico, e devem cumprir determinados requisitos para sua adequada publicação. Deste modo, poderão receber avaliação externa com possibilidade de inclusão em bases de indexação. (UEMG, 2019).

A disseminação do conhecimento científico perante a sociedade ocorreu até o século XX predominantemente por meio de materiais impressos, a exemplo de livros, jornais, ou mesmo revistas/periódicos científicos. Com o aumento da conectividade e da integração da sociedade e tecnologias da informação é possível observar que os periódicos científicos estão estruturados predominantemente em plataformas digitais. Ferreira (2010, p. 1) enfatiza que “o periódico científico é um canal de comunicação confiável, de periodicidade seriada e de publicação mais dinâmica do que a de um livro”.

No Brasil não é possível abordar a produção e disseminação do conhecimento científico sem mencionar o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O portal em questão se caracteriza como:

um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil. São mais de 38 mil periódicos com texto completo e 396 bases de dados de conteúdos diversos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência (CAPES, 2023).

O Governo Federal do Brasil, implantou em 11 de novembro de 2000 o Portal de Periódicos Capes, cujo objetivo principal era possibilitar a democratização do acesso à informação científica de forma gratuita. Após a sua criação foram implantadas as bibliotecas digitais, bem como a digitalização dos acervos. Desde então é possível observar constantes movimentos e atualizações do portal com o acréscimo de ferramentas para facilitar a busca por periódicos, artigos e indexadores, o que facilita os diferentes estudos que são realizados tendo como fonte de pesquisa o Portal conforme aponta Viana (2024).

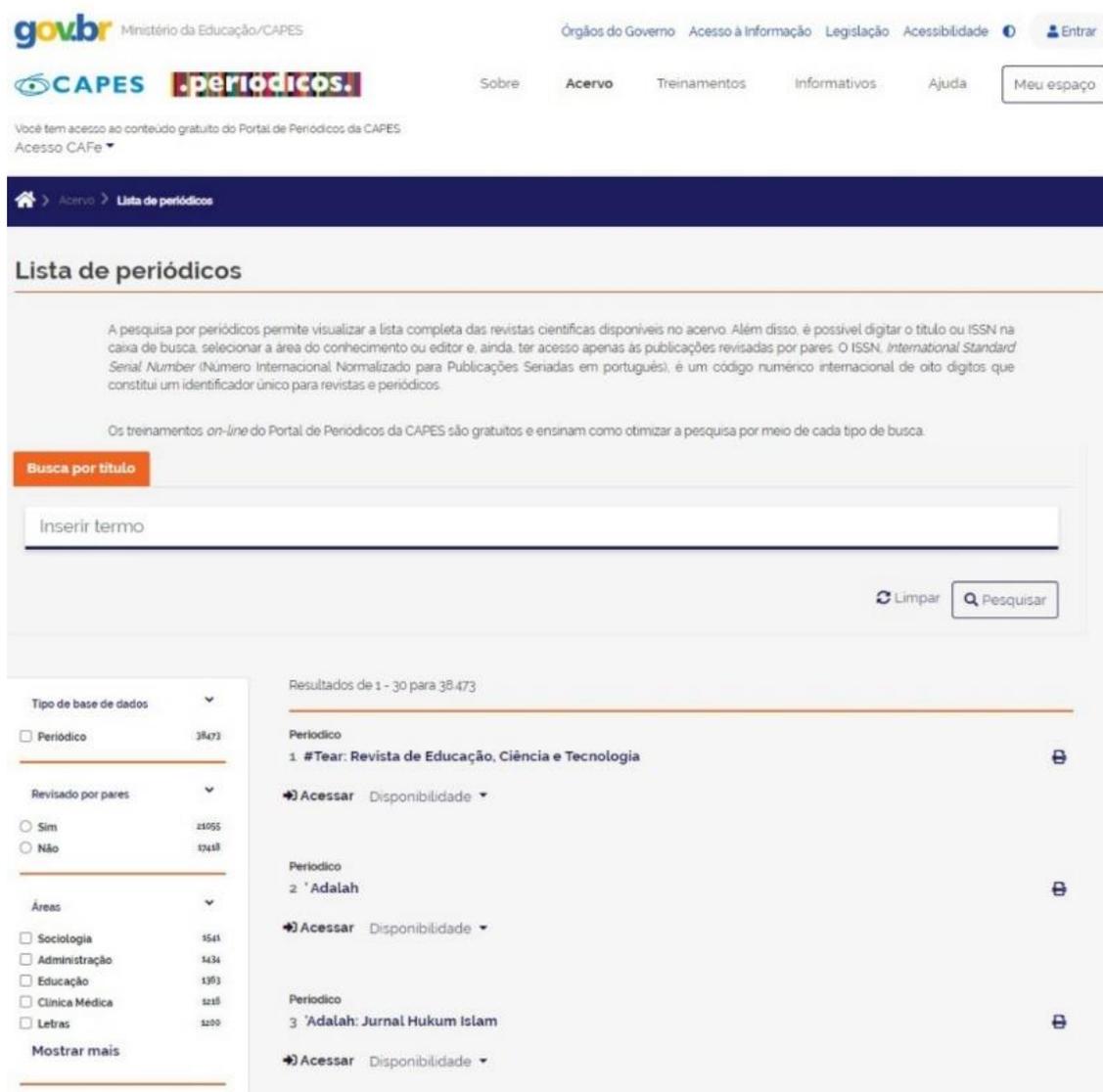


Figura 04. Portal de periódicos Capes

Fonte: CAPES, 2024

O portal é gerenciado pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). Suas possibilidades incluem desde a instalação até o gerenciamento personalizado por parte dos editores, com possibilidades diversas de realização de submissões on-line, acompanhamento das submissões e publicações. Permitem ainda buscas personalizadas de conteúdos já publicados.

No Brasil, em 2003, o SEER/OJS foi implantado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), buscando identificar aplicativos que permitissem o tratamento e divulgação da produção científica na Web (IBICT, 2020). O IBICT assumiu então a tradução e customização do programa, iniciando sua distribuição aos interessados em publicar revistas científicas de acesso livre e disponibilizando cursos de capacitação técnica para o seu uso. Como já ocorria em diversos países, no Brasil, o

número de títulos de periódicos científicos, assim como de publicações, cresceu substancialmente.

A figura 05 apresenta o número de periódicos vinculados ao SEER/OJS e que estão disponíveis no portal de periódicos CAPES entre os anos de 2001 – quando o portal foi lançado – e 2019, quando houve a última divulgação dos dados. Em relação aos dados, chama atenção o período entre 2008 e 2009, quando observamos um aumento de 82,66% no total de periódicos disponíveis. Nos anos seguintes um número cada vez maior de publicações foram sendo incorporadas, o que, aliado aos avanços tecnológicos empreendidos no âmbito do Portal de Periódicos representou um grande avanço ao permitir a centralização da publicação de artigos de diferentes periódicos o que facilita de forma substancial as pesquisas que são realizadas por diferentes pesquisadores.

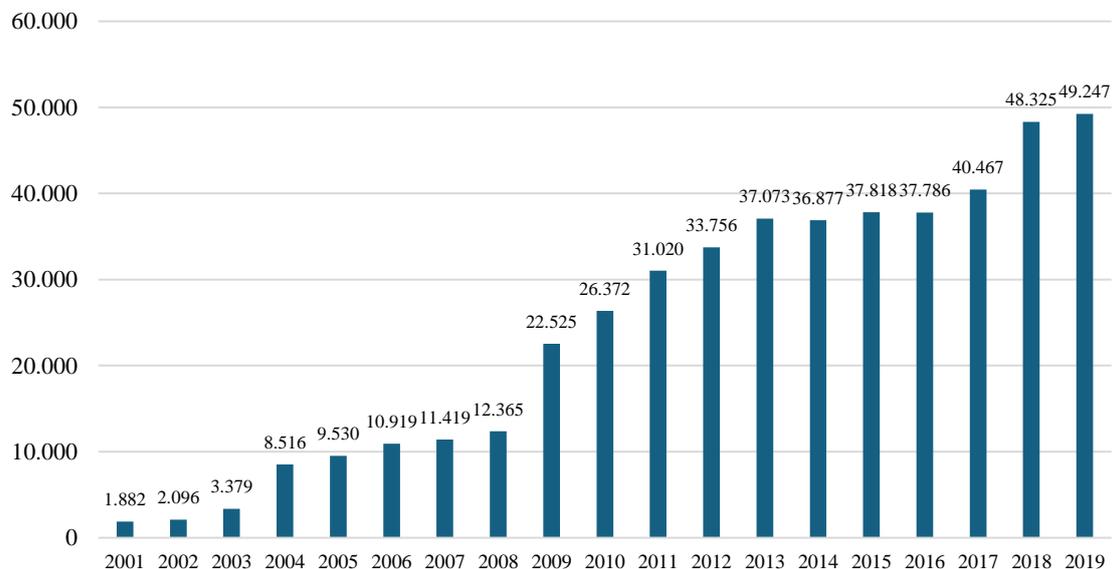


Figura 05. Total de periódicos disponíveis no portal de periódicos CAPES, entre 2001 e 2019²
Fonte: Capes, 2019.

Dessa forma, o portal representa, atualmente, um dos maiores acervos de textos científicos mundialmente, reunindo publicações de autores com grande prestígio internacional, o que equipara o Brasil a outros países de destaque em relação ao acesso à informação científica de qualidade, o que é avaliado constantemente a partir dos diferentes indexadores internacionais de renome como Scielo, Redalyc, Scopus, etc. Conforme apontam Almeida, Guimarães e Alves (2010, p. 220) o Portal atualmente é o

² Não possui apenas periódicos brasileiros.

principal mecanismo para o apoio bibliográfico às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) realizadas no país, o que garante uma base para os avanços da ciência brasileira nas diferentes áreas do saber.

A importância do Portal pode ser comprovada ao observar a figura 06, que apresenta o aumento do número de produções disponíveis que em 2021 foi de 1.014.382 materiais inseridos. Destes podemos observar a predominância de artigos científicos distribuídos nos diversos periódicos disponíveis no país, que contabilizaram 299.693 artigos completos. Essa concentração das publicações em artigo demonstra a centralidade que estes tem adquirido ao longo dos anos principalmente por serem considerados meios de disseminação rápida de pesquisas científicas, se comparados por exemplo a livros ou outros tipos de publicação.

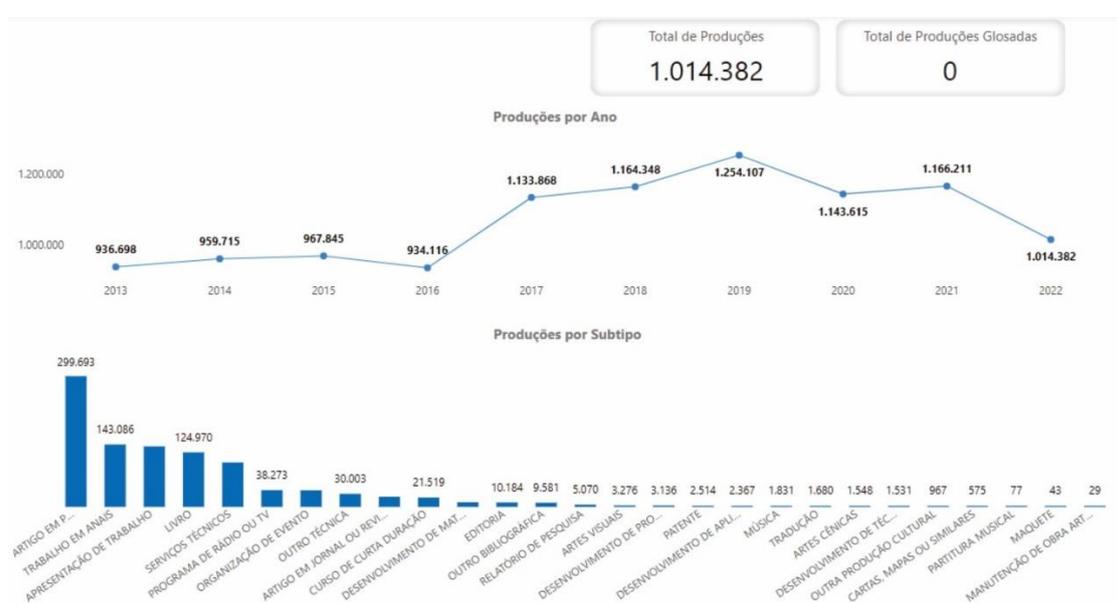


Figura 06. Estratificação da produção científica dos programas de pós-graduação no Brasil - 2022
 Fonte: Plataforma Sucupira/Capes, 2021.

Considerando a relevância das publicações periódicas, conforme visto, os pesquisadores, professores e discentes vinculados aos diferentes programas de pós-graduação buscam os periódicos científicos para a realização das suas publicações, tornando-se cada vez mais ligados a uma lógica produtivista que cobra um volume cada vez maior de publicações como um elemento importante nas notas dos programas, pois o Qualis Periódicos é considerado dentro da avaliação dos programas de pós-graduação interferindo ainda na alocação de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura, concessão de bolsas, etc. Desse modo, é fundamental que o SNPG pense em estratégias mais objetivas de gerenciamento da produção científica nacional.

Conclusão

Neste artigo, buscamos analisar a importância dos periódicos científicos na divulgação científica no Brasil. Para isso, consideramos a expansão do ensino superior no país e como ela contribuiu para o aumento do quadro de docentes e discentes em diversas instituições de ensino, sejam públicas ou privadas. Esse crescimento, aliado aos investimentos do governo federal em agências de fomento como a Capes e o CNPQ, foi crucial para o aumento das publicações, especialmente de artigos científicos.

Um marco na divulgação científica das publicações periódicas foi a implantação, em 2000, do Portal de Periódicos Capes. Sua principal função é centralizar diversos tipos de publicações, como artigos, livros e anais de eventos, permitindo acesso gratuito e livre à população mundial. Isso favorece a democratização do conhecimento, que pode ser rapidamente acessado por todos.

O Portal de Periódicos tem um papel central na divulgação científica, evidenciando que, atualmente, a maioria da divulgação científica ocorre por meio de artigos publicados em diversos periódicos distribuídos pelo país. Dados da Plataforma Sucupira confirmam essa tendência: dos 1.014.382 trabalhos publicados em 2022, 299.693 foram artigos científicos completos, representando 38,47% de todas as publicações. O Portal abriga um dos maiores acervos bibliográficos, com números que crescem a cada ano, e a proporção de artigos científicos em relação a outros tipos de publicações tende a aumentar ainda mais.

Abstract: This article aims to demonstrate the importance of scientific journals in geography in a scientific dissemination context; those journals represent, by the intensification of the globalization process, a fast way to spread knowledge, discoveries and theories. The scientific journals represent an important role to ensure scientific development all over the world.

Key-words: scientific journals, globalization process, scientific development.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo demostrar la importancia de los periódicos científicos en geografía en el contexto de divulgación científica, que representan, a partir de la intensificación del proceso de globalización, una de las formas más rápidas de transmisión del conocimiento, descubiertas y teorías. Los periódicos cumplen un importante rol al garantizar el desarrollo científico en las más distintas regiones del mundo.

Palabras-clave: Periódicos científicos, proceso de globalización, desarrollo científico.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. tradução Alfredo Bosi. - 21 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AMARAL, Lia Queiroz do. O processo de validação do conhecimento científico. *Jornal da USP*. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-processo-de-validacao-do-conhecimento-cientifico/>. Acesso em 11 de fevereiro de 2021.
- ALMEIDA, E. C. E.; GUIMARÃES, J. A.; ALVES, I. T. G. Dez anos do portal de periódicos da capes: histórico, evolução e utilização. *Revista brasileira de pós-graduação*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 218-246, nov. 2010.
- ABNT NBR 6023. *Informação e documentação — Referências — Elaboração*, 2002. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/40070/848544/abntnbr6023.pdf/092b145a-7dce-4b97-8514-364793d8877e>>. Acesso em 15 de agosto de 2023.
- BRASIL. Lei número 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que, o ensino superior no Brasil. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 de junho de 2020.
- _____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Legislação, Brasília, DF, dez.1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Ftp/leg/em1496.doc>>. Acesso em: 24.03.2021.
- BURKE, Peter. *Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna*. Estud. av. São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002.
- CAPES. Coordenação De Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *História e missão*. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>>. Acesso em: 15 de jun. 2023.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- DURHAM, Eunice R. Educação superior, pública e privada. In: *Os desafios da educação no Brasil*. Orgs.: Simon Schwartzman e Colin Brock: tradução de Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- _____. MEC. INEP. *Censos do ensino superior*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://portaldeb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 6 dez. 2019.
- FERREIRA, Ana Gabriela Clipes. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. *DataGramZero - Revista de Ciência da Informação* - v.11 n.3 jun/10. Disponível em:< http://www.dgz.org.br/jun10/Art_05.htm > Acesso em: 15 de março de 2022.
- KULLOK, Maisa Gomes Brandão. *Formação de professores para o próximo milênio: novo locus?* São Paulo: Annablume, 2000.
- LEITE, Denise. Modelos institucionais, avaliação e isomorfismos. In: Orgs: SEVEGNANI, Palmira, RISTOFF, Dilvo.: *Modelos Institucionais de Educação superior*: Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006). 327p.- (Coleção Educação Superior em Debate: v.7)

MEC. Ministério da Educação. *Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>>. Acesso em 20 de junho de 2024.

MEDEIROS, J. L. *Cartas de Marx e Engels*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1881/12/15.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2024.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

Santos-d'Amorim, Karen "A comunicação científica Em Movimento : Das Origens Aos Debates Atuais". *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, vol. 15, março de 2021, p. e02103, <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2021.v15.e02103>.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969. 385p.

TOMÁS, José. Pardo. *De los libros de secretos a los manuales de la salud: cuatro siglos de popularización de la ciencia*. Quark, Barcelona, n. 37- 38, sep. 2005 / abr. 2006. Disponível em: <http://quark.prbb.org/37-38/037030.pdf>. Acesso em 12 de dez. 2020

UEMG. Diretrizes para submissão de periódicos. Universidade do Estado de Minas Gerais. Editora UEMG, 2022. Disponível em: <[https://revista.uemg.br/index.php/portal/libraryFiles/downloadPublic/110#:~:text=Indexadores%20s%C3%A3o%20ferramentas%20digitais%20que,e%20os%20seus%20materiais%20publicados](https://revista.uemg.br/index.php/portal/libraryFiles/downloadPublic/110#:~:text=Indexadores%20s%C3%A3o%20ferramentas%20digitais%20que,e%20os%20seus%20materiais%20publicados.)>. Acesso em 20 dezembro 2023.

VIANA, Juheina Lacerda. *AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GEOGRAFIA NO BRASIL: Vínculos entre a Política de Avaliação de Periódicos e as Políticas da Pós-graduação entre 1998 e 2021*. 146f. Tese (Doutorado em Geografia – Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 2024).

Sobre a autora

Juheina Lacerda Ribeiro Viana Alencar – Licenciada, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professora da rede estadual de educação de Goiás.

Recebido para avaliação em março de 2024

Aceito pra publicação em julho de 2024